



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0016729-04.2013.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Cumprimento de Sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução**
Requerente: **Elomir Antonio Perussi de Jesus**
Requerido: **B2w Companhia Global do Varejo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de embargos à execução fundada em título executivo judicial em que a embargante alega o excesso de execução porque a cobrança em apreço ultrapassa o limite fixado no decisório exequendo.

O exame dos autos evidencia que o embargado promoveu ação contra a embargante, a qual foi julgada procedente.

Determinou-se então à embargante que providenciasse a exclusão do e-mail do embargado de seus bancos de dados, sob pena pecuniária por mensagem enviada.

A penalidade foi arbitrada em R\$ 100,00, até o limite de R\$ 5.000,00.

Por outro lado, é certo que o embargante já promoveu três execuções do mesmo julgado, as quais foram extintas pelo pagamento dos débitos a que atinavam.

O próprio embargado admitiu a fl. 107 que o montante total desses valores correspondeu a R\$ 5.500,00.

O quadro delineado conduz ao acolhimento dos embargos opostos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Com efeito, o título exequendo foi expresso ao fixar a pena à embargante pelo eventual descumprimento da obrigação que lhe foi imposta, bem como em estipular um limite para ela (o termo “teto” foi inclusive utilizado a propósito – fl. 09, último parágrafo).

Dessa maneira, restou induvidosa impossibilidade da multa imputada à embargante ultrapassar esse limite, porquanto com o trânsito em julgado da sentença a questão ficou solucionada por completo.

Isso importa reconhecer o excesso de execução, não mais havendo suporte para o embargado demandar com fulcro no título que já atingiu o valor máximo que foi previsto.

Nem se diga que o montante arbitrado no processo de origem haveria de ser corrigido monetariamente, seja porque o embargante não demonstrou que a importância já recebida a maior não alcançaria tal correção, seja porque do contrário se daria margem à eternização do litígio.

De igual modo, não se pode diante dos termos claros e definitivos da sentença conceber a majoração da multa.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTES** os embargos para reconhecer o excesso da execução em pauta, declarando sua extinção.

Torno sem efeito a penhora verificada a fl. 56, expedindo-se em favor da embargante mandado de levantamento do que se encontra depositado nos autos (fl. 87).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, do mesmo diploma legal.

Transitada em julgado, destruam-se os autos, com as cautelas de praxe.

P.R.I.

São Carlos, 12 de maio de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**